

VENCER O MITO E O DIÁLOGO COMO ESTRATÉGIA FILOSÓFICA BANTO PARA A JUSTIÇA

BEAT THE MYTH: DIALOGUE AS A BANTU PHILOSOPHICAL STRATEGY FOR JUSTICE

RESUMO: No plano dos interesses geopolíticos, a Europa Ocidental se considerou herdeira da filosofia clássica e da ampliação de conhecimento escrito que propiciou o avanço técnico e científico. Na era burguesa, a cultura da Europa do Oeste se auto-certificou como o modo universal de produzir, consumir e pensar, instituindo sua ideologia em todos os continentes onde se buscou força de trabalho ou consumidores de mercado. Os pressupostos da filosofia bantu, como a do Ubuntu, demonstram o compromisso da produção intelectual de uma região do continente africano com a vida comunitária e o bem-estar social, viabilizando a ética do diálogo, como um meio de se estabelecer justiça.

PALAVRAS-CHAVE: Afrocentricidade; Mitologia Bantu; Moçambique.

Igor F. V. X. Carmo

ABSTRACT: In terms of geopolitical interests, Western Europe considered itself the heir to classical philosophy and the expansion of written knowledge that favoured technical and scientific progress. In the bourgeois era, Western European culture certified itself as the universal way of producing, consuming and thinking, establishing its ideology on all continents where it sought labour or market consumers. The presuppositions of Bantu philosophy, such as Ubuntu, demonstrate the commitment of the intellectual production of a region of the African continent to community life and social well-being, enabling the ethics of dialogue as a means of establishing justice.

KEYWORDS: Afrocentricity; Bantu Mythology; Mozambique.

Editor-Gerente
[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

VENCER O MITO E O DIÁLOGO COMO ESTRATÉGIA FILOSÓFICA BANTO PARA A JUSTIÇA

Igor Fernando Vergara Xanthopulo Carmo ¹

Introdução

A humanidade concorre entre si há muito tempo. As adivinhas, os jogos motores, as competições físicas são estratégias civilizacionais para provar e superar o valor de seus integrantes. Muitas narrativas defendem o triunfo como valor moral de sumo direito, mas a vitória do competidor escapa à vontade humana: A vitória do herói mitológico significa o êxito divino. Mas, a partida pode durar mais do que a do famigerado futebol. Há, por exemplo, um jogo de bola muito praticado nas antigas nações americanas², no qual um aro elevado a certa altura, chegando até seis metros do solo³, deve ser trespassado por uma bola de borracha.

Em determinados grupos das culturas pré-colombianas, este jogo podia se estender por muitos dias e era tão venerado que, onde se fazia um templo, criava-se do lado um espaço dedicado ao esporte com arquibancada para o público. Os historiadores interpretam que o fim do jogo resultava no sacrifício do(s) perdedor(es) ou ganhador(es) da partida. A bem dizer, vida e morte são os fatos universais do espírito humano que determinam a relação entre sociedade e natureza. No jogo, os astros celestes regem os seres humanos e estes dirigem a ordem cósmica, representando para o universo, perante à sociedade, a mais contundente expressão da verdade.

A sorte dos jogos é tarefa das divindades. Isto significa que a sua prática é restringida ao sagrado, com o tempo do espírito e não da matéria. Na ancestral cultura helênica, havia uma trégua dos conflitos políticos e bélicos durante os Jogos Olímpicos. Nesse ínterim, os atletas dedicavam seus corpos para as artes divinas, retornando às suas terras com coroas de louro e folhas de palmeira, simbolizando a benção dos imortais sobre suas cabeças. Era o período de evocar a memória dos antigos heróis e renovar a fé na habilidade física e psíquica dos cidadãos. Este princípio das competições, no percurso histórico, ultrapassou seu caráter místico e transformou o jogo no modo operatório dos poderes civilizados. Ainda assim, a religião não deixou de ter um papel central nas sociedades e nas literaturas sagradas.

¹ Doutor em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorando em Estudos do Desenvolvimento, na Universidade Politécnica de Moçambique. igorxanthopulo@gmail.com

² Provavelmente de origem Olmeca, civilização americana cuja produção cultural é encontrada nos territórios do México e El Salvador, o esporte teve seu desenvolvimento do 1500 a.C a 400 a.C. Sua prática esteve nos ritos religiosos de outras grandes civilizações do continente, como a dos Maias e dos Astecas.

³ É o caso da cidade de cultura maia Chichén Itzá, arqueologicamente datadas de 600 a 1200 d.C

No ocidente, por exemplo, a escravidão e a guerra são temas fundamentais da Torá, da Ilíada, da Eneida e ainda estão vigentes na Bíblia Moderna e no Alcorão. Isto indica que tanto a subjugação como a violência são táticas parasitárias do jogo civilizacional ainda vigentes. De fato, a humanidade está “perdendo o jogo” diante do seu maior mito existencial, isto é, equalizar seu mundo real ao ideal, cujo o princípio da vida corresponderia à paz e à justiça plena da Idade de Ouro. Severino Ngoenha (1993) aponta o sonho humano de que “no futuro a realidade corresponda aos nossos desejos ou, pelo menos, que seja o menos divergente possível” (NGOENHA, 2018, p. 208).

Em nossas narrativas, o Juízo Final e o Paraíso estão assinalados para o futuro, porque ainda o jogo de uma História errante está em curso e as folhas de louro não estão nas devidas cabeças: Os livros sagrados pregam a fraternidade, mas ainda separamos muralhas entre nós; os crentes divulgam a graça, mas as necessidades essenciais da vida são cobradas a alto preço; a minoria do planeta pode usufruir do trabalho de suas próprias mãos. A esquizofrenia entre os discursos e as práticas humanas é tão grotesca que não é difícil concluir que a cultura e a economia desempenham apenas um mero jogo fictício. No conflito de interesses, é mister um símbolo para justificar as agruras dos afetados pela ética corrupta das instituições humanas, como o Diabo, que tem a função mítica de compartilhar a culpa da nossa miséria com outros arquétipos maléficos.

O mito do Mal ensina a resistir à pena até que Deus cobre dos abusadores que, geração após geração, permanecem exercendo a escravidão e a violência sob seu domínio. Porém, houve quem decidisse tomar para si as regras do jogo conscientemente, como os heróis das independências africanas do XX: um paradigma moderno importante para se recontar, que fortalece a luta contra o ganhador invisível da maldade. Eduardo Mondlane narrou a “A história de Massinga”⁴, na obra *Chitlango, Filho de Chefe (1950)*, apontando para a necessidade de se encontrar uma cura tangível para a enfermidade humana. O conto apresenta três filhos de um ancião doente que vão procurar a cura diante de uma monstruosa serpente. No fim, é o mais novo, o pequeno preterido, que traz a serpente enrolada no corpo, sendo capaz de aliviar a doença que afligia o seu pai. Herança da tradição oral, existem muitas variantes dessa narrativa que representa a superação da doença através de uma busca sincera e corajosa, reestabelecendo o equilíbrio perdido. Este conto mítico retira o véu da ilusão, pois, embora haja a concepção da serpente como peçonhenta e intratável, incita a vencer de perto esse imaginário, para se reestabelecer a saúde perdida. Portanto, a narrativa ensina a não fugir da serpente, mas a obter a sua aliança com destemor e humildade.

Não se pode negar que Moçambique, e toda África, tiveram expoentes notáveis na luta pela cura de sua terra. Diante dos males, não delegaram apenas ao plano divino a tarefa de resolver seus problemas, antes, produziram meios de construir uma realidade justa aos seus conterrâneos. Como curandeiros, buscaram linguagens e códigos em terrenos distantes como o “remédio” para a libertação de sua gente. Adotaram uma postura filosófica, criando novos discursos a partir do diálogo de conceitos diversos, fazendo do veneno míope do opressor o ingrediente da cura da sua terra. O feiticeiro exerce poder manipulando, além do mundo natural, a própria linguagem, a fim de manter cativas as suas vítimas. Por meio do seu discurso de dominação, utiliza o seu conhecimento do fogo, da água e dos objetos da natureza para dar provas de sua força e da necessidade de submissão à sua vontade. Ele constrói seu próprio mito, onde é todo-poderoso e deve ser servido e obedecido.

O mito do bom civilizado

Existe um fantasma na mentalidade atual: A Europa do oeste está num grau social evolutivo superior ao dos outros continentes do mundo. O próprio fato da escrita deste ensaio se proceder em língua europeia, fora da Europa, já denuncia esse paradigma insuperável. A Europa ocidental estabelece os modelos do futuro almejado pelas nações, ao redor do globo, no plano cultural, econômico e de bem-estar. As suas academias patenteiam o conhecimento global, junto a seus parceiros de língua inglesa, como os Estados Unidos, Canadá e Austrália. A tecnologia e a produção cultural do pequeno continente são refinadas e expressam natural universalidade, que podem ser absorvidas pelos demais países facilmente, sem a necessidade de intercâmbio na mesma via. O modelo do seu vestuário também é a convenção mais adequada para a humanidade, pelo conforto e elegância. A forma de governar através de Estados Nacionais é a mais evoluída de toda a História e os mistérios mais insondáveis da vida foram melhor revelados aos Europeus através da sua ciência e do seu clero. Assim, todos devem celebrar voluntariamente o calendário religioso da Europa na corrida pela civilidade, pois, em menor ou maior grau, ser civilizado é ser uma cópia do europeu. Só é possível participar das demandas e exigências do mundo a partir desta consumação.

Entretanto, para que a cultura europeia pudesse atingir o posto de emanadora da verdade e do progresso para o mundo, foi necessário um ajuste de pensamento interno e externo a fim de que tal mito pudesse ser fecundo. Primeiro devemos recordar que mito não é um simples sinônimo de uma mentira, mas de uma “narrativa do cosmos”, presente também num ritual ou

⁴ Conto narrado no capítulo XXI, “Sob o Cruzeiro do Sul” da obra *Chitlango, filho de chefe*, publicada originalmente em 1950, foi balizada e traduzida ao francês pelo missionário suíço André-Daniel Clerc. No episódio, um presbítero africano

num símbolo que oculta a verdade. A palavra grega *mithos* significa “história” e expressa a materialização do mundo imaterial através da linguagem. Desta perspectiva, a existência não pode se apartar do mito, pois seria a ferramenta da humanidade para encontrar o sentido da vida na sociedade. A tarefa do mito é ligar os sinais deixados pelo plano divino de forma organizada às novas gerações, tendo a sua legitimidade radicada nas instituições e nos axiomas que, caso a fé neles decline, significaria o fim de sua estrutura. O mito, em suma, não é estático e descortina o movimento humano em direção à justiça, portanto, é passível de alteração no decorrer das eras, resguardando certos arquétipos de um passado remoto universal, mas que são manipulados pelos interesses e pelas condições de um sistema social.

Como exemplo, as construções e os artefatos da antiguidade, recompostos pela arqueologia, mostram que a produção cultural e econômica se processava num âmbito científico indissociável ao sagrado no desenvolvimento teórico e prático das sociedades. No diálogo platônico *Timeu* (260 a. C), a memória de Sócrates e de seus companheiros resgataram a origem do universo, assim como o cotidiano de civilizações milenárias de elevado desenvolvimento técnico e social. É o caso da Atlântida, civilização mítica também de interesse do anglo-francês Denis Saurat, autor da obra *A religião dos Gigantes e a Civilização dos Insetos* (1955). Para além da ilha perdida, ele aponta para o resquício de antigas religiões pré-humanas no pensamento moderno, cujas as térmitas, formigas, aranhas e mariposas são ancestrais da consciência de nossa espécie, que herdou seus valores organizacionais e os interiorizou na espiritualidade, na sexualidade e na cultura. O mito, sempre em curso, se regenera nas conjunturas geográficas e históricas, chegando ao ponto de ser aparentemente suplantado por completo nas épocas posteriores.

Na perspectiva da historiografia moderna, nota-se que o mito da superioridade europeia, como valor civilizacional, foi legitimado com a expansão de técnicas aprimoradas pelo domínio da escrita. Abdicando a instituição religiosa do centro da sociedade, tal conhecimento, transmitido pelas narrativas clássicas, formaram uma tradição textual que gerou o Renascimento técnico das Belas Artes do XVI. O culto de referências intercambiadas por um grupo restrito de estudiosos da Europa culminou, no século XVIII, numa geração que se considerava mais esclarecida do que as gerações passadas. Assumindo-se como iluministas, os eruditos reivindicavam um modo de operação intelectual original e a ruptura com as suas raízes míticas no novo panorama econômico da época, que exigia uma constituição social e axiológica também nova.

Pouco antes da ascensão oficial da burguesia ao poder, marcada pela Revolução Francesa (1789), no cenário industrial europeu, o prussiano Immanuel Kant (1995), num panfleto

narra o conto ao pé de uma fogueira noturna a uma equipe juvenil em treinamento ministerial.

filosófico, intitulado *Reposta à Pergunta: O que é Iluminismo (1784)*, defende a maioria da sociedade e de seus agentes pelo uso público da razão. Através da escrita, os intelectuais poderiam expressar valores sobre a política e a cultura, tendo em vista às gerações futuras que não poderiam herdar os equívocos das anteriores. A mensagem da igreja, bastião do passado, deve ser mediada pela luz da razão, que conduziria a sociedade para seu esclarecimento e sua maioria. O empenho de Kant, e de outros filósofos de sua época, estava em quebrar a emulação dos padrões clássicos e medievais, e suplantá-los por valores adequados à uma concepção antropológica, historiográfica e racionalista da política e da economia. O fortalecimento da manufatura e do comércio, bem como o aumento do acesso a produtos do além-mar, debilitaram o mito da necessidade de um monarca absoluto, fonte de identidade cultural e canal da vontade divina. Os burgueses, como agentes econômicos, passam a esvaziar o mito da aristocracia, a fim de estruturar uma nova mitologia social, na qual seus interesses pudessem ser viavelmente atendidos.

O avanço burguês marca o compasso da era do “homem da modernidade”. Culturalmente, ele está afoito pela novidade, desacreditando paradigmas retrógrados e sobrevalorizando a racionalidade. Economicamente, o seu mercado comercial avança em direção aos meios de subsistência e manutenção da vida. Politicamente, o seu Estado Moderno pressupõe a ética por meio da divisão dos poderes num sistema burocrático. Forma-se, assim, o campo imaginário da atualidade que estima o comércio, o estado nacional e a ciência, ancorada na razão. São os valores, por exemplo, do herói do romance homônimo *Cândido*, do francês Voltaire (2013), que percebe o alcance universal de sua cosmovisão, já que a razão não deveria ter fronteiras. Considerando os povos distantes como iletrados irracionais e supersticiosos, os agentes culturais da Europa ocidental emitem a si próprios o certificado de civilizados, estando as outras culturas em estágios primitivos do seu desenvolvimento.

Mais tarde, frente às vicissitudes do século XIX e às correntes do pensamento romântico e realista, o racionalismo da “Era das Luzes” passa ser contestado. A razão, ideologia científica vigente desde o Humanismo, começa a perder seu trono como instrumento unívoco da verdade. O francês Jean François Lyotard, na obra *O Pós Moderno (1980)*, explicita que a tradição do discurso científico esteve pautada num jogo de linguagem aceite pelo destinatário por meio de uma retórica de conceitos abstratos. Para o filósofo, o fazer da ciência é um exercício narrativo e dialógico desde os tempos de Platão. O filósofo alega que a subjetividade parcial da linguagem sempre foi uma componente imprescindível da reflexão científica, chegando a afirmar que “nada prova que, se um enunciado que descreve uma realidade é verdadeiro, o enunciado prescritivo, que terá necessariamente por efeito modificá-la, seja justo” (LYOTARD, 1988, p. 72). Foi esta visão pós-moderna da atividade científica que suscitou a crise da “razão redentora”, já que as

políticas liberais da modernidade não trouxeram à maioria dos estados europeus a estabilidade social e seus processos econômicos marginalizaram a maioria da população dos seus direitos humanos.

Esta discussão também se faz presente no livro *O discurso filosófico da Modernidade* (1985) do alemão Jürgen Habermas. Embora considere que ainda não superamos o projeto da modernidade, o autor elucida as diferentes perspectivas adotadas sobre o pensamento nos últimos três séculos. No quarto capítulo, a obra salienta a importância da produção de intelectuais, como a de seu conterrâneo Friedrich Nietzsche, que considerou a mitologia e o êxtase saberes legítimos para a busca da verdade. A consciência humana não é uniforme, mas surpreendente e mutante, enquanto que “a própria razão só pode se ocupar na atividade funesta do esquecer e do expulsar” (HABERMAS, 2000, 144). É no século XIX que a razão, como comprovação cartesiana, será suplantada por novos métodos científicos da geração crítica da modernidade, na qual pensadores da Europa ocidental, como Marx, Freud, Nietzsche e Schopenhauer, destacaram os problemas do indivíduo e da sociedade moderna de forma menos categórica, desconsiderando a racionalidade. Pela historiografia, a ciência do século XIX se subdivide em ramos especializados, enfatizando: a sociedade e a sua estrutura pela luta de classes; a psicologia e o infinito campo do subconsciente humano; a metafísica e o niilismo existencial do homem moderno; a biologia e a vontade natural inerente ao ser animal.

A cultura ideológica do século XIX coloca em dúvida o indivíduo universal do Iluminismo, mas não abriu mão da auto-certificação suficiente para, nesse ínterim, gestar a sua nova empreitada imperialista. O chanceler Bismarck, do mesmo campo etnolinguístico de Marx, Freud, Nietzsche e Schopenhauer, convocou a Conferência de Berlim, ocorrida de dezembro de 1884 até abril de 1885, por meio de um discurso que visava ajudar outros povos necessitados. Na ocasião, as nações capitalistas dividiram a África virtualmente em mapas, consumando o projeto de exploração mais deplorável da história europeia, quiçá humana. Anteriormente, em nome do mercantilismo, as nações protagonistas do discurso da consciência humana exilavam indivíduos do continente africano, através de empresas de comércio negreiro, para serem escravizados. Já a partir daquele momento, as pessoas da África são mão-de-obra de “trabalho forçado” em seu próprio território, num projeto genocida de expansão dos mercados das revoluções industriais.

O século XX representa a irracionalidade da guerra e o autoritarismo da ditadura na Europa, mas também significa a vitória das ciências exatas, sobretudo da engenharia mecânica,

eletrônica e posteriormente, informática. Há também maior acesso ao consumo de bens manufaturados, acentuada sistematização de suas instituições nacionais e o exponencial crescimento urbano de suas populações. No cenário político, duas correntes científicas começam a ser absorvidas pelos interesses dos estados nacionais, dentro e fora do continente: a ideologia marxista e a neoliberal, que indicavam supostamente horizontes sociais opostos, o comunismo ou o capitalismo, na sua plenitude. Através dessa ótica de Guerra Fria, os estudos acadêmicos hierarquizaram o planeta em três mundos, no qual o Primeiro designava a Europa Capitalista e os territórios sob sua influência direta, como os Estados Unidos, Canadá e Austrália. O Segundo Mundo seria a União Soviética e os territórios orientados à ideologia comunista. Já os tachados de Terceiro Mundo podiam ser travestidos de direita “capitalista” ou de esquerda “comunista”, que serviu mais de pretexto para se transferir o poder militar às suas terras, onde eram mantidas empresas de exploração de recursos naturais e de mão-de-obra. Os intelectuais, sensibilizados pelos horrores patrocinados por suas nações, diminuem o fulgor epistemológico por uma verdade absoluta e começam a se interessar pela diferença que marca a identidade e a existência por detrás dos dados históricos e sociais. Altera-se o tom da poesia, agora atrelada à uma realidade fragmentária, muda-se a relação com a tecnologia cultural e o neoliberalismo vence os obstáculos que lhe restavam para o implemento da universalização do modelo econômico europeu, principalmente para o Terceiro Mundo, sob o nome de Globalização.

A ideologia neoliberal, nos planos de Estado, garantiu a emancipação do capital e do setor de iniciativa privada no âmbito governamental. O estado assume o papel de viabilizador da economia de mercado, deixando o compromisso com a sociedade em segundo plano. Nos estados de fora do continente europeu, seria esse tipo de política ideal aos interesses dos grandes detentores dos meios de produção, em que a livre concorrência, em países já fragilizados pelo colonialismo, beneficia as grandes corporações privadas internacionais tanto no acesso à matéria-prima e à mão-de-obra, como no oferecimento de seus produtos com condições imbatíveis ao mercado interno das nações empobrecidas. É nessa conjuntura que um setor da elite intelectual brada a dor dos filhos e filhas da África, que já denunciam energicamente a situação de seus povos. O Existencialismo foi uma chave para aprofundar o conceito de alteridade na filosofia europeia. O francês Jean-Paul Sartre, por exemplo, acompanha o movimento da negritude e do pan-africanismo com muito interesse e faz o famoso prefácio de *Condenados da Terra* (1961), obra do martiniquenho Frantz Fanon, que põe à luz as nefastas consequências psíquicas no indivíduo sujeitado ao colonialismo da França, para além das suas perdas sociais.

Politicamente, o Estado colonial e liberal não foi apenas um instrumento de assimilação cultural, mas de dominação integral dos recursos e meios de produção de países estrangeiros, alienando as populações de sua própria terra. Certamente que esta empreitada colossal será alvo

de crítica dos intelectuais europeus, alcançando parte da opinião pública. Diante do dilema ético sobre o direito à colonização, já consolidada a estrutura e o processo de produção do setor privado, as nações imperialistas passam a retornar seus administradores políticos. Entretanto, deixam em curso o projeto de redução do Estado, em função da liberdade do indivíduo, fazendo da doutrina do neoliberalismo a bandeira de salvação dos países empobrecidos. A obra do moçambicano José Castiano *A “Liberdade” do Neoliberalismo* (2018) ilumina a gênese da ideologia neoliberal, na perspectiva filosófica, a partir de seus formadores teóricos como o austríaco-britânico Friederich Hayek e o estadunidense Milton Friedman. O estudo do filósofo também dialoga com os impactos do neoliberalismo na sua prática estabelecida já como sistema político hegemônico, no adiantado do século XX, refletindo sobre o conceito conservador de Biopolítica, do francês Michel Foucault, e a visão progressista da Psicopolítica, do sul-coreano Byung-Chul Han.

O livro do filósofo moçambicano, embora empregue uma linguagem imparcial na paráfrase das obras neoliberalistas, suscita um ponto de referência africano sobre o discurso da liberdade de escolha individual neoliberalista como outra falácia no desenvolvimento humano dos países da África e demais dependentes do globo. A ideia de liberdade, embora condicionada pela cultura, pressupõe plena autonomia de escolha, mas estando a maioria do mundo na situação de lutadores pela sobrevivência, precários de direitos e de informação, a ideologia neoliberal, ou seja, liberdade plena para o mercado, está muito distante da real necessidade humana, atendendo apenas os interesses das multinacionais e seus bolsistas. Há forte expansão e manutenção, no entanto, do vigente sistema econômico pela cultura do individualismo, amparada pela tecnologia digital, que desenvolve a ilusão de protagonismo nos seus utentes através de redes sociais, aplicativos de serviços e plataformas de comunicação digital. A cultura virtual transmite a sensação de inclusão, mas, até o presente momento, não se mostrou capaz de atender as reais urgências materiais e existenciais da população, nem de estabelecer políticas justas que abrissem o caminho para a prosperidade de seus povos.

No atual cenário, estão se esvaziando os Estados, cujos governantes são os primeiros a atacar seus fundamentos democráticos em favor do investimento privado e de seus interesses imediatos. O símbolo da moeda, agora transferido para cifras virtuais, deu condição para que os investidores e agentes de mercado situados, sobretudo, no hemisfério norte, dispensassem “sujar as mãos” nos lugares onde o trabalho da grande economia se realiza. A Mão-de-obra, ainda assim, agradece a sua árdua subsistência, temendo que a robótica retire o seu espaço do quadro do mercado de trabalho definitivamente. Retirando-se o Estado, a Empresa foi entronizada no poder das relações com os pobres, diminuindo o risco do país desenvolvido se desgastar com suas elites intelectuais entre os quais uma parcela considerável passa a consagrar o século XXI

como o tempo da liquidez e do hibridismo. A cultura ideológica neoliberal, da possível ascensão de classe social, lava as consciências europeias das dizimações seculares no além-mar, transferindo a culpa para o indivíduo como o total responsável de seu destino econômico.

O binômio dominador x subordinado é um padrão nas relações entre os países do norte e do sul, no qual a responsabilidade não é exclusivamente europeia, afinal, os povos europeus não são os únicos a estabelecer uma via ideológica para tirar proveito econômico. Também a intelectualidade das potências da Europa e do mundo desenvolvido tem trabalhado pela ética da humanidade, embora incapazes de intervir na ação de suas nações por uma conduta sincera e renovada. Enquanto os acadêmicos vociferam textos atrás da justiça, o poder instituído encontra novas máscaras para suas artimanhas de opressão através da linguagem. Mas, a condição escravizada, o arquétipo de servidão, persiste sob novo símbolo, sem a memória dolorosa do escravo, em papéis de empregado, criado, funcionário e colaborador.

No mito do capitalismo, divinizou-se o dinheiro como a força vital da humanidade e o esforço do nosso trabalho só poderia ser abençoado com a sua presença, por isso, o dono dos meios econômicos é um mediador do plano divino, a quem se deve reverência. O romance francês *A Volta ao Mundo em 80 Dias (1850)*, de Júlio Verne (2019), costura a relação entre Mr. Phileas Fogg, um inglês rígido e Jean Passepartout, um francês intrépido. Este, após um dia de contrato, deve acompanhar Mr. Fogg no cumprimento de uma aposta, realizada entre frequentadores de um clube de magnatas, de dar a volta ao mundo pelos sistemas hidroviário e ferroviário em oitenta dias. Na obra, Phileas Fogg é o *amo*, semanticamente, ele deve ser amado, seu etos é comedido, generoso e invencível: não há barreiras que ele não possa transpor ao assinar os seus cheques. Por outro lado, Passepartout é o *criado*, aquele que ainda precisa ser instruído e moldado, pertinente ao etos imaturo e frívolo do personagem. A consideração do rapaz francês de gratidão e estima pelo amo magnata indica a estratégia cultural para a manutenção do mito do dinheiro como o poder legítimo.

O despertar da afrocentricidade

A tradição filosófica e a jornada científica da Europa nos suscitam à seguinte questão: Os acadêmicos dos últimos séculos foram coniventes com a prática da escravidão e da violência? Não o foram e nem o são de forma direta, pois a ética é o conteúdo da filosofia, que sempre prega a liberdade e a equidade. Porém, os intelectuais não têm tanta pressa como quem tem fome e, geralmente, participam do grupo seletivo com direitos sociais atendidos. Por isso, muitos cumprem a tarefa cultural de expiar seus povos, destacando os demônios e remindo a consciência de seus

pares, sem erradicar o problema da escravização, já que não sanam as raízes do sistema sócio-econômico no seu tempo devido.

É mister, nesse impasse, deixar de responsabilizar as elites europeias e convocar a nossa própria responsabilidade como cidadãos e acadêmicos do “Terceiro Mundo”. Se os eruditos de lá não foram capazes de evitar o holocausto e a fome em seus próprios Estados, como esperar que eles sejam os guias para revitalizar e preservar nossas gentes? Ninguém melhor do que nós mesmos para cuidar de nossa “casa” invadida e saqueada, mesmo que a sua reconstrução, sob paradigmas justos e inclusivos, seja árdua. A dificuldade consiste em encontrar as saídas necessárias para fortalecer as consciências anestesiadas pelo “vil metal” e os corpos aculturados pela autonegação. É urgente, assim, chacoalhar os membros e despertar a voz rouca das entranhas a fim de dialogar com ela, fortalecendo a coragem de assumir o nosso mito.

Nos séculos XIX e XX, a tarefa de afirmação teve muitos precursores na África e entre seus filhos da diáspora através dos movimentos do Panafricanismo e da Negritude, que procuraram valorizar o elo com a sua ancestralidade no plano cultural e ontológico. Não escaparam do paradigma do civilizado ocidental, mas constituíram discursos de autoafirmação capazes de emancipar os Estados sob o regime colonial, dedicando-se a uma filosofia escrita que diagnostica os problemas e busca as soluções para os países africanos na cultura e na sociedade. Nessa seara, missionários e etnólogos ocidentais também participaram do campo ideológico em favor da emancipação negra, denunciando a exploração do Imperialismo e germinando a ideia de que há um entendimento africano na percepção da realidade. O belga Placide Tempels conceitua, no seu livro *Filosofia Bantu* (1945), o complexo sistema imaginário e social dos congolenses Baluba, com quem convivia na função de padre cristão. Na perspectiva Bantu, segundo a obra, o mundo é compreendido como um campo de forças vitais no qual integrantes vivos e mortos participam da sociedade humana.

A seguir, surge uma crítica africana que restringe os conceitos de Tempels à etnofilosofia, alegando que o fazer filosófico não seria a descrição do pensamento religioso de um povo, mas a urgência de se refletir sobre suas condições reais, de se pensar uma prática, do interior da comunidade, para resolver seus impasses.⁵ Já outra corrente utiliza a hermenêutica a fim de defender a sabedoria ancestral sem descartar, necessariamente, o mito e a religiosidade presentes em parte das tradições africanas no exercício filosófico.⁶ O percurso intelectual da África, embora também apresente uma pluralidade de pontos de vista, como é natural, tem um objetivo comum, como afirma Severino Ngoenha a seguir:

⁵ Este é o caso dos camaroneses Macien Towa (1931-2014) e Eboussi Boulaga (1934-2018) e do beninense Paulin Hountondji (1942 -), que expõem uma crítica ao modelo filosófico de Placide Tempels e, em certa medida, ao do ruandense Paul Kagame (1957 -)

⁶ Integram este ponto de vista os congolenses Tshiamalenga Ntumba (1932 – 2020) e Phambu Ngoma-Binda (1951).

Todas as correntes e linhas de pensamento que prepararam o nascimento de uma consciência africana, que se quer especificamente filosófica, têm isto em comum: reabilitar o homem negro e a sua história. O objetivo era, por assim dizer, libertar o homem negro do papel de objeto da história (NGOENHA, 2018, p. 139).

A filosofia africana escrita da atualidade, ainda que seja um ganho epistemológico para o campo acadêmico, não se compara ao arcabouço da sabedoria oral do continente mais antigo da Terra. O conhecimento como ferramenta de evolução humana, visando a saúde e bem-estar, está em todos os povos do mundo, mas a costa oriental da África é o lugar onde a arqueologia descobriu a atividade humana, dos australopitecídeos, que pode chegar até quatro milhões de anos, segundo o método de radiocarbono. Mesmo que a ciência moderna deva se preocupar com as condições de vida atual, este dado aponta à antiguidade da ocupação do território africano, bem como à necessidade de que os conhecimentos de habitantes que estão ali há milhares de anos não sejam ainda mais dizimados. A filosofia moderna, portanto, pode fazer das narrativas e exemplos de vida de seus velhos sábios a preciosa chave de sua revolução social.

Além disso, a cultura africana está disseminada por todo o planeta, por conta da massiva emigração histórica da sua população. No exílio, os africanos sofreram com um mito social que não escolheram fazer parte, vítimas de exploração e discriminação sistemática. Assim como a mãe olha para suas crianças, é mister que a África dê atenção aos seus filhos, que tiveram de superar lutas heroicas, mas que ainda lutam por vencer e esperam da África a palavra de acalanto e de esperança. O Pan-africanismo e a Negritude receberam a contribuição significativa de intelectuais estadunidenses da diáspora, que defenderam o direito negro na sua conjuntura geopolítica, auxiliando também na consciência de emancipação do continente africano.

Quanto aos portos brasileiros, foram onde desembarcaram mais africanos na América, número estimado acima dos 4,8 milhões de pessoas. Atualmente, mais da metade da população do país se declara parda ou negra, embora assolada por um racismo estrutural, edificado durante mais de trezentos anos. As manifestações da cultura negra-brasileira, como a música, a dança e a religião, a muito custo, formaram instituições sólidas como as escolas de samba, os candomblés, as umbandas, os catimbós, as rodas de capoeira, jongo e maculelê. Porém, o “país mais africano da América” resguarda uma longa batalha pela liberdade através de inúmeras organizações culturais para a defesa de sua causa, sobretudo, através de uma intelectualidade que refletiu profundamente sobre o papel histórico do negro. No país de Machado de Assis, o escritor literário mais renomado da nação e fundador da Academia Brasileira de Letras, os movimentos sociais negros criaram imprensa, teatro, cadernos de ficção e crítica num processo centenário. As produções culturais e filosóficas da negritude brasileira, como de outras terras americanas, sendo profícuas,

mas quase desconhecidas nas academias de outros continentes, certamente são fontes de diálogo para a intelectualidade africana, onde encontraria conhecimentos inovadores diante da mais disseminada lógica europeia.

Na originária filosofia grega, Sócrates usava o diálogo como uma técnica da maiêutica, que desentranhava do indivíduo a verdade, dando luz ao conhecimento. Paralelamente, o diálogo é a estratégia para transmitir valores e saberes em muitas tradições orais africanas. Não parece por menos que o moçambicano José Castiano publica, em 2015, uma entrevista com o Alberto Viegas, professor e ativista social originário de Nampula, com o título *Filosofia Africana: da Sagacidade à Intersubjetivação*. A obra, surpreendentemente, produzida no limiar da vida do “Velho Viegas”, contém três entrevistas com o sábio macua, permanecendo a quarta, e última, em suspenso, em razão do seu falecimento. José Castiano, embora também levante temas metafísicos, como a influência dos antepassados e as práticas religiosas, focaliza suas interrogações na prática social, política e ética de Alberto Viegas. Instigado pelas provocações do entrevistador, o sábio revela seu ponto de vista da história nacional, salientando formas de se construir um futuro melhor aos diversos grupos de Moçambique. Viegas entende que as tradições sociais e a própria simbologia da natureza são fonte de sabedoria prática para a construção do país a partir de pressupostos internos.

O livro de Castiano e Viegas comprova que o exercício filosófico não é a centralização do conhecimento na voz de um iniciado apenas. Mas, que o filósofo desentranha o conhecimento através de um método voluntário de interrogação do mundo, principalmente daquilo que insiste em permanecer velado na linguagem cotidiana. A obra evidencia, sobretudo, que a mudança social não é um mero resultado de palavras sábias, mas de uma prática devotada à sociedade, na qual o exemplo de ação comunitária tem mais valor do que os seus próprios discursos. Este é o conceito africano de *Ubuntu*, no qual o indivíduo é canal de transmissão de valores éticos e técnicos pela sua ontologia, a sua forma de ser e estar. O sujeito social consciente age de forma mágica, pois constrói na sociedade artes que refletem acerca do estado de coisas, a fim de transformar o mundo pela potência da palavra, da técnica e da ação. Neste sentido, a morte não seria o fim, mas um “livro aberto” para o passado e para o futuro, como atestaram os muitos sages que tiveram as suas sementes germinadas após o término da vida.

Se o humano desistir de melhorar seu meio social, estaremos tanto renegando o ardoroso trabalho dos nossos ancestrais, como abandonando o destino da juventude à alienação e ao cativo. Ainda que seja necessário o desenvolvimento de infraestruturas concretas para as próximas gerações, o legado espiritual de um povo é a forma mais contundente para que se fortifique e floresça. É no Espírito onde se realizam as grandes transformações sociais, caso contrário, continuaremos presos e limitados à corpos subjugados à vontade de outrem. Por mais que a política e

a ciência reivindicaram a laicidade no Estado; por mais que há séculos a modernidade questione a existência do mundo invisível, as massas sociais devotam aos mitos a parte mais preciosa de sua existência através da fé em divindades. As religiões nunca deixaram de ter influência dominante no comportamento e nas decisões pessoais, mesmo que indiretamente, e a inteligência humana raramente concebeu a perfeição da natureza ao mero acaso, dedicando a sua cultura na procura do sentido existencial aparentemente perdido. Se o mito existiu em todas as civilizações conhecidas e ainda continua tão poderoso, é porque se mostra vital à saúde psíquica e social de nossa espécie.

O dado mitológico universal é a crença na vida após a morte, isto é, na imortalidade de uma alma, que modela diversas doutrinas como a ressurreição e a reencarnação. Em grande parcela das culturas africanas, os mortos não deixam de exercer funções na vida social e a sua memória tem a capacidade de interagir com o tempo presente. No mito Bantu, a grande comunidade humana atemporal é mediada por um especialista, o curandeiro, com habilidade de dialogar entre os planos da existência e estabelecer a ordem e o equilíbrio da trajetória social e da saúde de seus indivíduos. Entretanto, como na América, o regime colonial e as doutrinas religiosas utilizadas na assimilação de seus povos se ocuparam em desestruturar as instituições espirituais africanas, enfraquecendo sistematicamente a sua identidade cultural. Neste contexto, o curandeiro moçambicano (o *nyanga*, dos povos do sul, o *nhamussuro* ndau, entre outros) passa de um eleito divino para marginal diabólico, sendo discriminado durante o tempo colonial e mesmo no período revolucionário.

Porém, mesmo após séculos de perseguição direta, a sua função mitológica na vida dos Bantu resiste vitoriosamente. A resignação dos seus agentes na crença nos antepassados, no poder da natureza e nas fórmulas mágicas representa uma força mitológica que supera o empirismo propagado pela cultura colonialista da Europa. A intelectualidade moçambicana tem se mostrado cada vez mais relutante em abrir mão de sua história e de sua identidade espiritual, como mostra o diálogo proposto na obra *Ngoma Yethu, O Curandeiro e o novo Testamento (2015)*, entre a escritora e Mariana Martins, curandeira iniciada. Chiziane faz uso de fragmentos do Evangelho para despertar na memória de Martins histórias, ensinamentos e sonhos, numa escala ascendente e epifânica, cuja liberdade de interpretação confere uma apreensão dos valores cristãos segundo a sua própria cosmovisão.

A possibilidade de se observar os escritos bíblicos, livre da hermenêutica ideológica das igrejas ocidentais, desenvolve uma teologia construtiva no indivíduo, fazendo-o agente social pleno. O despertar africano seria equalizar o imaginário cultural e os desafios do momento histórico, resgatando símbolos espoliados e sanando os traumas deixados no processo. O romance de Paulina Chiziane, em parceria com Maria do Carmo da Silva, *Na Mão de Deus (2012)*, é um

marco nas literaturas de Língua Portuguesa nesse sentido, pois resgata a arte mediúnica do ostracismo da subliteratura. O romance se debruça em Alice, que já na idade adulta passa a ouvir vozes e apresentar atitudes insólitas, ao ponto de ser internada em um hospital psiquiátrico e abandonada pela família mais próxima. A protagonista vive experiências místicas e se comunica com planos transcendentais, nos quais é capaz de abstrair símbolos, informações do passado e revelações sobre a existência humana. Neste sentido, ela é o sujeito do resgate ontológico da tradição familiar, frente aos seus membros que renegam tais conhecimentos. Ademais, Alice é a chave da cura de sua comunidade, e de si própria, pois vence as vozes em sua cabeça que lhe falam em língua inglesa, que lhe diminuem por ter nascido em solo africano, que desejam que permaneça calada e cega, que lhe obrigam a tomar muitas pílulas da medicina ocidental de uma só vez.

A busca por sua cura representa a sina de toda existência humana e, nesse caso, *A mão de Deus* elucida a recuperação de uma cultura intercontinental relegada à margem. Neste empenho artístico, as autoras lançam mão do diálogo, como a forma estética consagrada da filosofia africana, que não suprime a voz do outro, mas que a alimenta para que, através dela, seja possível apreender os relâmpagos da verdade. Alice conversa, em forma de entrevista, com psicólogos, espíritas, maziones e ancestrais falecidos com intuito de criar uma visão compartilhada que sintetize e direcione ao caminho da unidade e da cooperação. Após a sua procura pela verdade de si, a protagonista escreve uma carta ao tio e outra ao irmão, comunicando os valiosos ensinamentos adquiridos em sua catarse existencial. O livro não apresenta a resposta dos familiares, mas não é preciso, pois o seu percurso está aberto ao futuro, onde ainda se devem vislumbrar as realidades mais efetivas.

Em nossos tempos, já podemos ter a autonomia de escolher quais são os mitos que auxiliam o nosso progresso como sociedade. Assim como o herói moçambicano Eduardo Mondlane foi capaz de buscar o remédio com a monstruosa serpente imperialista para a libertação de sua gente, devemos manter a comunicação aberta entre os saberes internos e externos e formular o melhor remédio para os tempos atuais. A obra *Lutar por Moçambique* (1969) demonstrou a capacidade intelectual existente nas culturas africanas de forjar a mudança apropriada de seu tempo de forma a intervir ativamente no tempo e no espaço concreto. A capacidade filosófica de Mondlane não se restringiu a devaneios intelectuais e estéticos no âmbito acadêmico, mas capacitou o nascimento do poderoso mito da FRELIMO, com uma força espiritual suficiente para desalienar e organizar contingentes de diversos povos sob lideranças genuinamente africanas, num contexto de opressão estrangeira aparentemente intransponível. Alberto Viegas, como secretário de divulgação da luta revolucionária, relata que muitos chegavam a acreditar que a FRELIMO fosse uma pessoa física, dado o seu alcance no imaginário popular.

Passados cinquenta anos, continuam diante de nossos olhos os males intransponíveis, já que ainda não pudemos lavar nossas almas, nem justificar a luta dos que foram derrotados na batalha. Por outro lado, as vozes dos espíritos opressores da escravização e da violência, que alimentam os interesses dos poucos poderosos do mercado “multinacional”, tentam nos seduzir ao suicídio como a única opção a fazer. Neste impasse histórico, os moçambicanos Ngoenha e Castiano, no *Manifesto por uma Terceira Via* (2019), afirmam a urgência de se pavimentar uma terceira via política, que faça o balanço dos acertos e erros das fases socialista e neoliberal. Porém, o que se pode esperar para a geração imersa numa teia de discurso confusos, que teimam em disputar, sem alcançar uma linha de chegada? O que será da juventude que está grávida de futuro? O sociólogo e economista guineense Carlos Lopes, na obra *África in Transformation* (2019), reflete conscientemente que os jovens são a maior riqueza do continente, pois têm a potência de transformar o porvir através de sua força de trabalho. Entretanto, o autor afirma que 54% da juventude africana está desempregada e mais de $\frac{3}{4}$ vivem com menos de 2 dólares por dia atualmente. Já que o presente não tem demonstrado justiça aos recém-chegados ao mundo, resta uma dúvida: será que a juventude vindoura utilizará a sua capacidade física e intelectual a favor da sua autonomia? Oxalá que tenhamos coragem agora, para que, logo mais, possamos fazer do mito da Idade de Ouro uma realidade. Para, enfim, nos diálogos humanos, dizermos o seguinte sobre o futuro dos jovens das nossas nações:

Eles construirão casas e morarão nelas
Plantarão vinhedos e comerão os seus frutos
Não construirão para outro morar,
Nem plantarão para outros comerem.
Pois os dias do meu povo serão como os dias de uma árvore
(...) tirarão pleno proveito do trabalho das suas mãos (Isaías 65: 21 e 22).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTIANO, José P. A **“Liberdade” do Neoliberalismo**. Maputo: Editora Educar, 2018.
- CASTIANO, José P. **Filosofia Africana: Da Sagacidade à Intersubjetivação, com Viegas**. Maputo: Editora Educar, 2015.
- CHIZIANE, Paulina; MARTINS, Mariana. **Ngoma Yethu, o Curandeirismo e o Novo Testamento**. Maputo: Matiko Editora, 2015.
- CHIZIANE, Paulina; SILVA, Maria do Carmo da. **Na Mão de Deus**. Maputo: Carmo Editora, 2012.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

- HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta o que é Iluminismo. In: KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua e outros Opúsculos**. São Paulo: Edições 70, 1995.
- KHAMBANE, Eduardo Mondlane; CLERK, André-Daniel. **Chitlango, Filho de Chefe**. Maputo: Cadernos tempo, 1990.
- LOPES, Carlos. **Africa in Transformation**. Londres: Macmillan, 2019.
- LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.
- NGOENHA, Severino; CASTIANO, José. **Manifesto por uma Terceira Via**. Maputo: Real Design, 2019.
- NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia Africana, Das Independências às Liberdades**. Maputo: Paulinas, 2018.
- OLIVER, Roland. **A experiência africana, da pré-história aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- PLATÃO. **Timão – Crítias**. Coimbra: CECH, 2011.
- SAURAT, Denis. **A Religião dos Gigantes e a Civilização dos Insectos**. Lisboa: Estúdios Cor, 1973.
- TEMPELS, Placide. **A Filosofia Bantu**. Maputo: Paulinas, 2019.
- VERNE, Júlio: **A Volta ao Mundo em 80 Dias**. Jandira: Principis, 2019.
- VOLTAIRE. **Cândido ou o otimismo**. São Paulo: Ed. 34, 2013. [1759].

Recebido em: 23/02/2023
Aprovado em: 30/05/2023